



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Simulado Especial

TCE GO

**Analista de Controle Externo
Controle Externo - Pós-Edital**

Simulado Especial

Simulado TCE GO – Analista de Controle Externo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE GO;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-GO-17-09>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

DIA DA EDUCAÇÃO: ter ensino superior amplia chances de crescimento salarial, revela pesquisa
Mercado de trabalho busca profissionais com diploma

Hoje, 28 de abril, é o Dia da Educação. A data convida a sociedade a refletir sobre a importância do tema. Dentre as muitas formas de educar, o consenso atribui a essa palavra o ato de desenvolver um indivíduo para a formação cidadã.

A longo prazo, a educação é capaz de assegurar oportunidades e competitividade na conquista e manutenção de um emprego, com melhores salários e cargos. Para a pedagoga e coordenadora do curso de Pedagogia da Anhanguera, Camila Fortuna, à medida que a taxa de escolaridade da população aumenta é natural que o mercado de trabalho também amplie seu nível de exigência na qualificação da mão de obra. "Os cargos disponíveis no mercado de trabalho exigem um diploma de nível superior. Com isso, a busca por uma carreira estável e bem-sucedida está atrelada à qualificação profissional oferecida em uma faculdade", afirma.

Estado de Minas, Educação, 28/04/2022. Acesso em 01 mai. 2022 (adaptado).

01. De acordo com o texto,

- a) Não há um consenso sobre o que é a educação.
- b) A taxa de escolaridade aumenta porque a exigência do mercado de trabalho aumenta.
- c) Segundo Camila Fortuna, ter nível superior é uma exigência do mercado de trabalho.
- d) Ter qualificação profissional gera a consequência de alcançar melhores empregos.
- e) Apesar de existirem várias formas de educar, é simples chegar a um consenso sobre o que é educação.

02. A busca por uma carreira estável e bem-sucedida está atrelada à qualificação profissional.

Se o elemento sublinhado fosse suprimido, o acento grave seria inviável em:

- a) cada qualificação profissional.
- b) boa qualificação profissional.
- c) mesma qualificação profissional
- d) forte qualificação profissional.
- e) importante qualificação profissional.

03. O consenso atribui a essa palavra o ato de desenvolver um indivíduo.

O termo na oração anterior exerce a função sintática de:

- a) sujeito
- b) predicativo do sujeito
- c) complemento nominal
- d) objeto direto
- e) objeto indireto

04. ... à medida que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.

A oração acima pode ser reescrita, com manutenção da correção e do sentido em:

- a) na medida em que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.
- b) já que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.
- c) na medida que taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.
- d) quanto mais a taxa de escolaridade aumenta, mais é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.
- e) sempre que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.

05. ... à medida que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.

Na oração acima, na segunda ocorrência, o termo que pertence à seguinte classe gramatical:

- a) pronome relativo
- b) conjunção causal
- c) preposição
- d) pronome indefinido
- e) conjunção integrante.

06. à medida que a taxa de escolaridade aumenta, é natural que o mercado também amplie o seu nível de exigência.

Ainda em relação à oração acima, assinale o termo que exerce a mesma função sintática que a oração destacada.

- a) a educação é capaz de assegurar oportunidades e competitividade na conquista e manutenção de um emprego.
- b) Com isso, a busca por uma carreira estável e bem-sucedida está atrelada à qualificação profissional oferecida em uma faculdade.
- c) Os cargos disponíveis no mercado de trabalho exigem um diploma de nível superior.
- d) Acha-se num dos contos de Grimm uma narrativa sobre um moço que saiu a aventurar-se pelo mundo para aprender a angustiar-se.
- e) Eu sempre quis escrever um texto que começasse com “ademais”.

07. No segundo período, o verbo convidar apresenta a mesma transitividade que qual verbo destacado abaixo?

- a) Ele escreveu um belo texto sobre doenças respiratórias.
- b) Essa junção de 2D e 3D não confere vivacidade e contraste à concepção minimalista.
- c) O professor de Artes está formando uma equipe de bons atletas.
- d) Eles resolveram os problemas.
- e) Os responsáveis adultos acompanharão os rebentos nas sessões de cinema.

08. No final do primeiro parágrafo, o termo ‘cidadã’ é um:

- a) adjetivo
- b) substantivo
- c) pronome
- d) pronome
- e) verbo

09. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto.

I. Hoje, 28 de abril, é o Dia da Educação.

Na frase acima, as vírgulas podem ser substituídas por travessões.

II. A longo prazo, a educação é capaz de assegurar oportunidades.

A vírgula acima isola adjunto adverbial deslocado em relação à ordem direta.

III. “Os cargos disponíveis no mercado...”

As aspas, no texto, foram utilizadas para destacar uma citação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) I, II e III
- e) II e III

10. A locução ‘à medida que’, no último parágrafo, expressa:

- a) comparação
- b) proporcionalidade
- c) tempo
- d) concessão
- e) causa

11. Os cargos disponíveis exigem um diploma superior.

O termo destacado, se fosse substituído por um pronome oblíquo átono, ficaria correto da seguinte forma:

- a) os exigem
- b) exigem-nos
- c) exigem-o
- d) exigem-lhe
- e) o exigem

12. Na expressão 'Presidente da Xerox', ocorre uma figura de linguagem. Identifique-a:

- a) ironia
- b) metonímia
- c) catacrese
- d) hipérbole
- e) anacoluto

13. Minha mãe acreditava que a educação, entre todos os fatores sobre os quais pudéssemos ter alguma influência, era justamente o que nos abria maiores oportunidades no futuro.

Quanto ao período acima, o verbo destacado é classificado como:

- a) transitivo direto
- b) transitivo indireto
- c) de ligação
- d) intransitivo
- e) transitivo direto e indireto

14. Minha mãe acreditava que a educação, entre todos os fatores sobre os quais pudéssemos ter alguma influência, era justamente o que nos abria maiores oportunidades no futuro.

Quanto ao período acima, observe a preposição utilizada antes do pronome relativo. Assinale abaixo a opção correta quanto ao emprego de preposição.

- a) Não sei o setor de que devo levar a guia de inscrição do vestibular da PUC/Minas.
- b) Devido ao esforço da mãe, Ursula e seus irmãos tinham certeza de que seriam bons em alguma coisa de que se dedicassem
- c) O autor por quem sempre falei vai autografar seus livros na Bienal.
- d) Os poemas por que os leitores mais se interessam estarão na coletânea.
- e) A mulher em cuja lembrança me dói nem sabe que existo.

15. Meus dois irmãos e eu fomos criados apenas por nossa mãe.

Se a locução verbal fosse transposta para a voz ativa, a redação correta seria:

- a) criaram
- b) criarão
- c) cria
- d) criou
- e) criara

16. ... o reconhecimento um dia chegaria.

O termo destacado exerce a função de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) sujeito
- d) predicativo do sujeito
- e) adjunto adverbial.

17. Se agíssemos (1) assim, ela dizia, o reconhecimento um dia chegaria (2).

Em relação à correlação dos modos e tempos verbais, de acordo com a norma, se a forma verbal (1) fosse substituída por 'agirmos', o verbo (2) ficará corretamente:

- a) chegará
- b) chegaria
- c) chega
- d) chegava
- e) chegam

18. Já minha mãe fazia todo o esforço para conseguir nos manter na melhor escola possível.

Sobre o período acima, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

I. Se o termo 'o' fosse retirado, a correção gramatical seria mantida.

II. O pronome 'nos' não poderia ser deslocado para depois do verbo.

III. O termo 'melhor' é um advérbio.

- a) I e II estão corretas
- b) II e III estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) Somente a II está correta.
- e) Somente a I está correta.

19. Mais da metade de tudo o que ela ganhava ia para custear as mensalidades do colégio dos três filhos.

Na redação acima, o termo 'que' é:

- a) pronome indefinido
- b) pronome demonstrativo
- c) pronome relativo
- d) conjunção integrante
- e) preposição

20. Mais da metade de tudo o que ela ganhava ia para custear as mensalidades do colégio dos três filhos.

O termo 'para' tem valor de:

- a) lugar
- b) deslocamento
- c) finalidade
- d) tempo
- e) consequência

21. Assinale a oração em que o verbo destacado poderia ser flexionado no plural.

- a) 1% daquela grande torcida agia de forma insana.
- b) Mais da metade de tudo o que ela ganhava ia para custear as mensalidades do colégio dos três filhos.
- c) Mais de um médico assinou o documento.
- d) Parte dos alunos entendeu o conteúdo.
- e) Todo o time refez o circuito.

22. De acordo com o que está no texto, entende-se que, para Ursula Burns, a mãe

- a) poderia ter sido mais permissiva com os filhos, sem que os deseducassem.
- b) estava certa sobre aquilo que afirmava ser o melhor para os filhos.
- c) dedicava-se às atividades profissionais, deixando os filhos sozinhos.
- d) poderia ter dado uma vida melhor aos filhos, sem gastar com educação.
- e) fazia belos discursos, mas o dia a dia frustrou suas expectativas.

23. De acordo com a mãe da entrevistada, as pessoas deveriam trabalhar com afinco, ou seja, deveriam ser

- a) inseguras.
- b) submissas.
- c) descontroladas.
- d) determinadas.
- e) ociosas.

24. Assinale a alternativa com o livre comentário de um trecho do texto.

- a) Devido o esforço da mãe, Ursula e seus irmãos tinha certeza de que seriam bons em alguma coisa a que se dedicassem
- b) Devido ao esforço da mãe, Ursula e seus irmãos tinham certeza que seriam bons em alguma coisa a que se dedicassem
- c) Devido ao esforço da mãe, Ursula e seus irmãos tinham certeza de que seriam bons em alguma coisa a que se dedicassem
- d) Devido ao esforço da mãe, Ursula e seus irmãos tinham certeza de que seriam bom em alguma coisa a que se dedicassem.
- e) Devido ao esforço da mãe Ursula e seus irmãos tinham certeza de que seriam bons em alguma coisa de que se dedicassem.

25. Assinale a opção em que a troca de posição dos termos provoca mudança de sentido:

- a) alguma influência
- b) maior preocupação
- c) infância humilde
- d) maiores empresas
- e) bom desempenho

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que:

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

27. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988:

- a) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque com a intenção de se eximir de obrigação legal a todos imposta e de se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e observados os imperativos de necessidade do Estado e da coletividade.
- e) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvada a necessidade de licença prévia da autoridade competente nos casos de segurança da sociedade e do Estado.

28. Alfredo, brasileiro, com 35 anos e em pleno vigor físico e mental, invocou motivo de crença religiosa para se eximir de determinada obrigação legal a todos imposta. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Alfredo:

- a) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, mas deverá cumprir pena de prestação social à comunidade.
- b) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, pois é inviolável a liberdade de religião no Brasil.
- c) será desde logo privado de direitos, uma vez que não é admissível invocar motivo de crença religiosa para o fim de se eximir de obrigação estabelecida em lei.
- d) não será privado de direitos, salvo se ele se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei
- e) será desde logo privado de direitos, não lhe sendo dado cumprir prestação alternativa, admitida apenas para os casos de escusa fundada em motivo de convicção filosófica ou política.

29. Cravo Carvalho, 50 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com seis livros publicados e mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Cravo Carvalho poderá ocupar cargo de

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Presidente do Senado Federal.

30. As idades mínimas de: dezoito anos, vinte e um anos; e trinta anos são condições de elegibilidade, respectivamente, para

- a) Vereador, Deputado Federal e Presidente da República.
- b) Vereador, juiz de paz e Governador de Estado.
- c) Vereador, Deputado Federal e Senador.
- d) Deputado Estadual, Prefeito e Presidente da República.
- e) Deputado Estadual, Prefeito e Senador.

31. Os Estados não podem legislar sobre algumas matérias, consideradas privativas da União. As matérias sobre as quais SOMENTE a União pode legislar são:

- a) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- b) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- c) orçamento e direito financeiro.
- d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- e) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

32. À luz das normas constitucionais que regem a Administração pública:

- a) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, desde que distintos dos utilizados durante a campanha eleitoral.
- b) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, desde que comprovado dolo ou culpa.
- c) o servidor público investido no mandato de Deputado Estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) é permitida a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro cargo público técnico, quando houver compatibilidade de horários.
- e) o prazo de validade do concurso público será de até 3 anos, prorrogável uma vez, por igual período.

33. Nos termos da Constituição Federal, a convocação de plebiscito é competência exclusiva:

- a) do Senado Federal.
- b) do Presidente da República.
- c) do Congresso Nacional.
- d) da Câmara dos Deputados.
- e) do Procurador-Geral da República.

34. Em uma situação hipotética, José das Couves e Fulano de Tal são eleitos em 2018, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República. No entanto, em setembro de 2021, ambos vêm a falecer em trágico acidente aéreo. Pelas regras constitucionais atualmente vigentes:

- a) deve ser realizada eleição em noventa dias.
- b) assume a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, tendo como vice o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) deve ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, em trinta dias.
- d) assume a Presidência da República o Presidente do Supremo Tribunal Federal, até completar o período de seus antecessores.
- e) deve ser realizada eleição direta em sessenta dias.

35. Sobre as garantias constitucionais que gozam os juízes e sobre as vedações as quais estão submetidos, é correto afirmar que:

- a) a vitaliciedade é adquirida na posse.
- b) a irredutibilidade de subsídio é absoluta.
- c) podem exercer atividade político-partidária.
- d) podem ser submetidos a ato de remoção por motivo de interesse público.
- e) podem exercer qualquer outro cargo ou função se estiverem em disponibilidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. Considerando que determinado órgão público da administração direta do Estado de Goiás realize pregão, ainda regido pela Lei 10.520/2002, destinado à aquisição e renovação de seu parque computacional, pode-se concluir que, no referido certame, não é vedada:

- a) exigência de garantia de proposta, desde que respeite o limite de 1% do valor estimado da contratação.
- b) exigência de garantia de execução contratual, em até 5% do valor da contratação.
- c) exigência da aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- d) exigência do pagamento de taxas e emolumentos não relacionados ao fornecimento do edital.
- e) a inclusão de especificações excessivas, capazes de limitar a competição.

37. Assinale a alternativa que apresenta, à luz da Lei 9.637/1998, característica da Organização Social:

- a) constituir-se ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua acepção subjetiva.
- c) qualificação que depende diretamente de ato de competência do Ministro da Justiça.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos três anos.
- e) participação de representante do poder público no Conselho de Administração.

38. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao bis in idem.

39. Quanto à contratação direta na nova lei de licitações, é INCORRETO afirmar que:

- a) exige-se instauração de processo administrativo capaz de justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) as situações de licitação dispensada facultam ao gestor público a realização de contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível do art. 74 da Lei 14.133/2021.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável do art. 75 da Lei 14.133/2021.

40. À luz do que dispõe a Lei 11.107/2005, que estabelece regras para os consórcios públicos, é correto afirmar que a União:

- a) nunca poderá participar de consórcios públicos.
- b) somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- c) pode participar de quaisquer consórcios celebrados com municípios.
- d) somente pode participar de consórcios com Estados.
- e) somente pode celebrar consórcios de direito público.

41. No que se refere aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

42. Em relação à responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade estatal sob a teoria objetiva não alcança todas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva tanto em relação a usuários como a não-usuários do serviço.
- c) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) A responsabilidade civil do Estado sob a teoria objetiva requer demonstração da existência de vínculo específico entre o poder público e a vítima.

43. Marque a alternativa, à luz do texto constitucional, que menciona competência fiscalizadora diretamente atribuída ao Congresso Nacional:

- a) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual consiste em órgão independente e autônomo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, à exceção daqueles relativos à administração indireta.
- d) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas por todos os gestores públicos federais.

44. De acordo com o disposto na Constituição Federal, assinale serviço público de competência dos Estados:

- a) defesa nacional.
- b) serviços de geração e transmissão de energia elétrica.
- c) transporte internacional de passageiros.
- d) transporte coletivo municipal.
- e) serviços locais de gás canalizado.

45. A respeito da discricionariedade e da vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O mérito administrativo consiste no poder conferido ao administrador público para decidir sobre a oportunidade, a legalidade e a conveniência da prática de um ato.
- b) Nos atos discricionários, o gestor público terá liberdade para valorar a causa e o conteúdo do ato administrativo, permitindo-se que ele extrapole os limites legais, desde que respeito os princípios básicos da Administração Pública.
- c) Apenas os atos vinculados são sindicáveis ao controle judicial.
- d) O juízo de mérito, quando existente, recairá sobre os elementos objeto e finalidade do ato administrativo.
- e) Nos atos regrados ou vinculados, a lei define de maneira exaustiva a conduta do gestor público, inexistindo qualquer espaço para juízo de mérito por parte do administrador público quanto ao seu objeto.

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

46. Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na concepção de uma proposta de orçamento público. Dos princípios elencados abaixo, o único que não consta da Lei nº 4.320/64 é

- a) Orçamento Bruto.
- b) Anualidade.
- c) Exclusividade.
- d) Universalidade.
- e) Unidade.

47. Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), marque a assertiva correta conforme os ditames da Constituição Federal de 1988:

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão O PPA, a LDO e a LOA.
- b) De acordo com os ditames legais, a lei de diretrizes orçamentárias é composta pelos orçamento fiscal, de investimentos e da seguridade social.
- c) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- d) O projeto do PPA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- e) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

48. A respeito da classificação por fonte/destinação de recursos, julgue os itens subsequentes:

- I. possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados.
 - II. ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos são classificados como receitas de destinação não vinculada.
 - III. a Desvinculação de Receitas da União (art. 76, ADCT, CF/88) estabelece a desvinculação de 30% dos recursos arrecadados a título de taxas, contribuições econômicas e contribuições sociais, dentre elas as contribuições sociais do empregador e a do trabalhador para os Regimes de Previdência Social Geral e Próprio do Servidor Público.
- a) as assertivas I e II estão corretas.
 - b) as assertivas II e III estão corretas.
 - c) as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) apenas a assertiva I está correta.
 - e) apenas a assertiva III está correta.

49. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre as receitas e as despesas públicas, nos termos da referida lei, é errado afirmar que

- a) o superávit do Orçamento Corrente é Receita de Capital.
- b) dotações para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são Despesas de Custeio.
- c) subvenções econômicas são transferências correntes que se destinam a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- d) O superávit do Orçamento Corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constitui item de receita orçamentária.
- e) recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos devem ser classificados como Receita de Capital.

50. No que tange à dívida pública, com fundamento nos preceitos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, compete ao Congresso Nacional

- a) dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal.
- b) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- c) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- d) estabelecer limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios
- e) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

51. O Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 159/2017, envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas, por meio da implementação de medidas emergenciais e de reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime. Com relação ao tema, considere os seguintes itens:

- I.** Receita Corrente Líquida anual menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
- II.** Despesas correntes superiores a 95% da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
- III.** Despesas com pessoal que representem, no mínimo, 60% da Receita Corrente Líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
- IV.** valor total de obrigações contraídas maior que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação.

Para que o Estado seja considerado habilitado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, ele deve atender:

- a) cumulativamente aos itens I, II e III, apenas.
- b) cumulativamente aos itens I, II, III e IV.
- c) cumulativamente aos itens I e II, apenas.
- d) a pelo menos dois dos itens cumulativamente.
- e) a pelo menos três dos itens cumulativamente.

52. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversos dispositivos relativos à dívida pública, tendo em vista a relação entre o endividamento e a saúde fiscal dos entes federativos. Sobre a dívida e o endividamento, de acordo com a LC 101/2000, afirma-se corretamente que

- a) Os limites para dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia são fixados em percentual da reserva de contingência.
- b) Para fins de verificação do atendimento do limite do endividamento, a apuração do montante da dívida consolidada de municípios com menos de 50 mil habitantes pode ser realizada semestralmente.
- c) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- d) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo em pelo menos um terço o excedente no primeiro quadrimestre.
- e) Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente poderá receber transferências voluntárias da União ou do Estado, sem restrições.

53. Um Auditor de Controle Externo do TCE-GO, analisando as despesas com pessoal do Poder Legislativo Estadual, verificou uma incongruência com relação às referidas despesas. O equívoco verificado pelo servidor foi:

- a) gastos com vantagens variáveis, horas extras e gratificações foram contabilizadas como despesas com pessoal.
- b) valores de contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos foram contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- c) despesas relativas a indenização por demissão de servidores ou empregados foram contabilizadas como despesas com pessoal.
- d) despesas relativas a incentivos à demissão voluntária não foram computadas como despesas com pessoal.
- e) despesas com encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência foram computadas como despesas com pessoal.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO DE GOIÁS

Géssica Ehle

54. Sobre a competência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é possível afirmar que

- a) o Tribunal deverá apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de seu recebimento
- b) o pronunciamento conclusivo sobre matéria administrativa deve ser feito pelo Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias
- c) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo
- d) o Tribunal de Contas encaminhará relatórios semestrais e anual de suas atividades e, uma vez ao ano, prestará contas à Assembleia Legislativa
- e) O Tribunal de Contas terá amplo poder de investigação, contudo os órgãos poderão eleger quais processos, documentos ou informações colocarão a sua disposição

55. No que diz respeito organização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás,

I. é composto por 8 (oito) conselheiros.

II. poderá criar unidades técnicas descentralizadas

III. tem autonomia funcional, administrativa e financeira, podendo elaborar sua proposta orçamentária

IV. poderá ter seus conselheiros demitidos após o encerramento de sindicância interna

Dentre os itens está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e IV
- d) II e IV
- e) III e IV

56. Sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é incorreto o que se afirma em:

- a) O Plenário, as Câmaras e os Auditores integram o Tribunal de Contas
- b) O Presidente vota em caso de empate e nas eleições
- c) O Tribunal de Contas divide-se em duas Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com incluindo o Presidente do Tribunal
- d) Presidente, Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal terão mandato de 2 (dois) anos, com início em 1º de janeiro, vedada a reeleição
- e) A eleição para os cargos de Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal ocorrerá em na terceira sessão ordinária do mês de novembro do último ano do mandato

57. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás assegura que o Presidente do Tribunal terá as seguintes competências, exceto

- a) expedir atos de nomeação, promoção, exoneração, remoção, dispensa, aposentadoria e outros atos relativos aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal
- b) prestar as contas anuais do Tribunal à Assembleia Legislativa, bem como encaminhar os relatórios trimestrais e anual de suas atividades
- c) praticar os atos de administração orçamentária, financeira e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal
- d) prestar, anualmente, contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, à Assembleia Legislativa Estadual até 60 (sessenta) dias da data da abertura da sessão do ano seguinte àquela a que se referir o exercício financeiro
- e) instaurar e presidir processo administrativo disciplinar contra servidores, membros do Tribunal, auditores, Procurador-Geral de Contas e procuradores de contas

58. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- a) divide-se em três Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com exclusão do Presidente do Tribunal, que a integrarão pelo prazo de 4 (quatro) anos
- b) compete ao Corregedor-Geral supervisionar a edição da Revista do Tribunal
- c) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e Goiás serão nomeados dentre brasileiros que tenham mais de trinta e menos de setenta anos
- d) O controle interno no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás será exercido por uma das Divisões de Fiscalização, definida mediante sorteio, de modo que após o primeiro sorteio será feito o rodízio anual entre as referidas divisões
- e) As Sessões do Plenário serão Ordinárias e Extraordinárias, sendo que essas últimas poderão ser convocadas pelo Presidente, *ex officio*, ou por proposta de Conselheiro, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas

59. Considerando os princípios que regem o processo administrativo no Estado de Goiás, na forma da Lei nº 13.800/2001, no que se refere às decisões administrativas e aos direitos dos administrados,

- a) o recurso terá efeito suspensivo, salvo disposição em contrário
- b) o não conhecimento do recurso impede a Administração de rever o ato, se ilegal
- c) o recurso administrativo deverá ser decidido em trinta dias, prazo prorrogável por mais trinta dias
- d) após a oposição do recurso, a autoridade competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de dez dias úteis, apresentem alegações
- e) finda a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada

60. Sobre as formas de provimento previstas junto ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Goiás,

- I. Será tornada sem efeito a reversão do servidor que deixar de entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.
- II. Readaptação é a investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, implicará em perda da remuneração ou do subsídio do servidor.
- III. Quando da ocorrência de reintegração, encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante deve ser reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III

ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

61. Durante a apreciação da lei orçamentária anual do município de Goiânia, a câmara municipal decidiu incluir artigo que concedia reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa. Nesse caso, a atitude dos vereadores violou o princípio orçamentário da

- a) legalidade.
- b) universalidade.
- c) não afetação da receita.
- d) exclusividade.
- e) unidade.

62. O princípio orçamentário da anualidade dispõe que o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Todavia, uma das exceções a este princípio são os créditos adicionais com vigência plurianual. São eles:

- a) créditos suplementares e especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- b) apenas os créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- c) créditos suplementares e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- d) apenas os créditos extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- e) créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.

63. Relativamente à despesa pública, com base na Lei nº 4.320/64, marque “V” para verdadeiro e “F” para falso:

- () A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização é considerada um investimento.
- () A constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro é um investimento.
- () A constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros é uma inversão financeira.
- () Consideram-se subvenções as transferências correntes e de capital destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais e econômicas.

A sequência correta está em:

- a) F, V, V, F.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, F, F.
- e) F, F, F, V.

64. A classificação orçamentária por natureza de receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. Ela é utilizada por todos os entes da Federação e visa a identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. Nesse contexto, é correto afirmar que

- a) Receitas Correntes e de Capital Intraorçamentárias são novas classificações de categorias econômicas, utilizadas para representar novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente.
- b) A espécie é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.
- c) O desdobramento com a finalidade de identificar peculiaridades de cada receita é de uso facultativo.
- d) O “tipo” permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.
- e) As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas são exemplos de origens da Receita Corrente.

65. A técnica orçamentária conhecida como orçamento base-zero (OBZ) tem entre suas características:

- a) Ser o elo entre o planejamento e as funções executivas do governo.
- b) Ser um instrumento de controle contábil, em que o critério de classificação é por unidades administrativas e por objeto do gasto.
- c) Ser um orçamento em que não há direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.
- d) Ser voltado para resultados, com foco em produtos e serviços a serem entregues aos cidadãos contribuintes.
- e) Ser um orçamento em que se apresentam propósitos para os créditos solicitados, custos necessários para o alcance de tais propósitos e informações quantitativas que mensurem os resultados.

66. A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou o espectro de funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias, trazendo ainda mais importância a esse instrumento de planejamento. Sobre a LDO, afirma-se corretamente que

- a) o Anexo de Metas Fiscais que compõe a LDO 2023 estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024.
- b) O Anexo de Riscos Fiscais que compõe a LDO 2022 deve trazer decisões estratégicas sobre opções para enfrentar os riscos, a exemplo de catástrofes naturais ou epidemias com sazonalidade conhecida.
- c) Deve compreender o Orçamento da Seguridade Social, em que serão discriminados os créditos destinados aos órgãos e entidades vinculados à saúde, previdência e assistência social.
- d) O Anexo de Metas Fiscais deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- e) Deve conter a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos, também, na lei de diretrizes orçamentárias.

67. De acordo com o art. 167 da Constituição Federal, é vedada a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de:

- a) regime geral de previdência social.
- b) regime próprio de previdência social.
- c) regime de assistência social.
- d) regime bancário e financeiro.
- e) regime de precatórios.

68. Relativamente à despesa pública, especialmente no tocante a restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- a) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- b) Considerem-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
- c) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, mesmo sem saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores.
- d) Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o credor não poderá mais exigir o seu pagamento.
- e) Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente deverão ser pagos como "suprimento de fundos".

69. São computados no cálculo da despesa com pessoal, de acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) vencimentos e vantagens fixas, horas extras e auxílio-transporte.
- b) vencimentos e vantagens variáveis, encargos sociais e gratificações.
- c) adicionais, gratificações e auxílio-alimentação.
- d) vencimentos e vantagens variáveis, adicionais e auxílio transporte.
- e) vencimentos e vantagens fixas, adicionais e diárias.

70. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão, bem como alertar que referida despesa ultrapassou 90% do limite é competência do

- a) Poder Legislativo do ente federativo.
- b) Sistema de Controle Interno de cada Poder ou órgão.
- c) Tribunal de Contas.
- d) Poder Executivo do ente federativo.
- e) Tribunal de Contas, juntamente com o Poder Judiciário do ente federativo.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

71. Considerando a competência constitucional do TCU para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas da União deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O TCU não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O TCU não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.
- d) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) No caso de concessão de revisão geral anual que impacte no valor da aposentadoria concedida, o ato de aposentadoria deverá ser submetido novamente ao registro do Tribunal de Contas.

72. Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) dada a natureza administrativa dos processos de controle externo, é inviável a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no âmbito do Tribunal de Contas de Goiás.
- b) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.
- c) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.
- d) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.
- e) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada mediante mandado de segurança ou ação ordinária.

73. Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

- a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.
- b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.
- c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.
- d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.
- e) Dos entendimentos do STF, pode-se presumir que, no estado de Goiás, compete ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás realizar o julgamento das contas de gestão dos prefeitos municipais.

74. O Tribunal de Contas da União imputou débito e multa a Jorge, secretário de saúde do município Alfa, em virtude de prejuízos ao erário apurados em tomada de contas especial, relativamente aos recursos transferidos pela União mediante convênio. Considerando o ordenamento jurídico nacional, a execução da decisão do TCU:

- a) caberá ao próprio TCU, por intermédio de sua procuradoria jurídica.
- b) caberá ao Ministério Público junto ao TCU.
- c) não será viável, tendo em vista que os municípios não estão sob jurisdição do TCU.
- d) caberá ao município Alfa, por intermédio de sua procuradoria.
- e) caberá à União, por intermédio da Advocacia-Geral da União.

75. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

76. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, durante o período de recesso do Tribunal, determinou a suspensão cautelar de processo de licitação pública. Contudo, a entidade pública encarregada da licitação entendeu que os pressupostos para a concessão da medida cautelar não foram observados, motivo pelo qual resolveu impugnar a decisão do Presidente do TCE. Nesse caso, caberá:

- a) recurso de reconsideração, no prazo de trinta dias.
- b) agravo, no prazo de dez dias.
- c) embargos de declaração, no prazo de dez dias.
- d) recurso de revisão, no prazo de trinta dias.
- e) pedido de reexame, no prazo de vinte dias.

77. Joana é conselheira-substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Nesse caso, pode-se afirmar que Joana:

- a) no exercício regular das atribuições, terá as mesmas garantias e impedimentos de juiz de direito de última entrância.
- b) quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, e impedimentos de ministro do STF.
- c) está ocupando cargo em comissão, cuja escolha compete ao Governador do Estado.
- d) quando não convocado para substituir conselheiro, o auditor atuará junto à Secretária de Controle Externo, realizando auditorias e instruindo processos.
- e) após adquirir a vitaliciedade, só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, ou ainda por processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

78. Desde a posse, os conselheiros do TCE-GO se submetem a uma série de vedações. Todavia, não constitui vedação aos conselheiros do Tribunal:

- a) exercer comércio, bem como profissão liberal ou emprego particular.
- b) celebrar contrato de prestação de serviços com empresa concessionária de serviço público, quando o contrato obedecer a normas uniformes.
- c) exercer profissão liberal, qualquer atividade profissional remunerada ou emprego em empresa privada.
- d) exercer qualquer outro cargo ou função no serviço público, exceto se estiver em disponibilidade.
- e) exercer atividade político-partidária.

79. Acerca das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Goiás em processos de tomada ou de prestação de contas, pode-se afirmar que:

- a) Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- b) Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal rejeita as alegações de defesa e fixa novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito.
- c) Reconhecida pelo TCE a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas, hipótese em que as contas serão julgadas regulares, dando-se quitação ao responsável.
- d) O TCE determinará o arquivamento do processo de prestação ou de tomada de contas, mesmo especial, sem julgamento de mérito, quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- e) Quando julgar as contas regulares com ressalva, o TCE dará quitação plena ao responsável.

TÉCNICAS DE AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

80. Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

Nos termos da NBC TA 200(R1), a manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de:

- a) ignorar circunstâncias usuais;
- b) fazer generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria;
- c) uso adequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.
- d) não aplicar procedimentos adicionais de auditoria quando houver dúvida quanto à confiabilidade das evidências de auditoria.
- e) encontrar distorções irrelevantes durante a execução dos trabalhos

81. Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia sua opinião, devendo ser suficiente, que é a medida da quantidade dessas evidências. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.

Nos termos da NBC TA 200(R1), essa quantidade pode ser afetada

- a) somente pela avaliação do auditor dos riscos de distorção.
- b) somente pela qualidade da evidência
- c) pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade de tal evidência;
- d) pelo ceticismo profissional
- e) pelo julgamento profissional

82. O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade da Auditoria Interna, o planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, EXCETO:

- a) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna.
- b) O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade, o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.
- c) O grau de experiência dos auditores internos e o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.
- d) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade, a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna.
- e) O uso do trabalho de especialistas e os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações.

83. Objetivando avaliar o funcionamento dos controles internos estabelecidos em uma entidade, um auditor interno passou quinze dias acompanhando os procedimentos de separação, conferência, embalagem e expedição de mercadorias comercializadas pela empresa.

Esse procedimento é classificado como teste

- a) de apresentação e divulgação.
- b) de detalhes de saldos.
- c) de detalhes de transações.
- d) substantivo.
- e) de observância

84. A conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões. Contudo, novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem se essas forem de natureza administrativa. São exemplos de tais modificações, EXCETO:

- a) Selecionar, conferir e acrescentar referências cruzadas aos documentos de trabalho.
- b) Documentar evidência de auditoria que o auditor obteve, discutiu e com a qual concordou junto aos membros relevantes da equipe de trabalho antes da data do relatório de auditoria.
- c) Evidência de auditoria inapropriada.
- d) Conferir itens das listas de verificação, evidenciando ter cumprido os passos relativos ao processo de montagem do arquivo.
- e) Apagar ou descartar documentação superada.

85. O auditor externo detectou passivo que representa para a empresa uma incerteza relevante. Nesse caso, caso a empresa divulgue essa incerteza, o auditor deve emitir opinião

- a) com ressalva e limitação de escopo do trabalho.
- b) sem ressalva e com limitação de escopo do trabalho.
- c) adverso, evidenciando a incerteza constatada.
- d) com negativa de opinião e limitação de escopo.
- e) sem ressalva e com parágrafo adicional de ênfase.

86. Cabe ao Auditor independente julgar e avaliar a necessidade de contratação do trabalho de pessoa ou organização em área de especialização, que não contabilidade ou auditoria, quando esse trabalho é utilizado para ajudar o Auditor a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, bem como a utilização do trabalho de auditores internos do auditado. Contudo, o Auditor independente é o único responsável por expressar opinião de auditoria e a responsabilidade não é reduzida pela contratação de especialistas, sendo que a referência ao especialista do Auditor será feita no relatório de auditoria se houver

- a) opinião não modificada.
- b) negativa de opinião.
- c) algum regulamento requerendo a referência do especialista da administração.
- d) abstenção de opinião.
- e) opinião modificada devido à evidência do especialista do auditor.

87. Durante um trabalho de auditoria, o responsável pela equipe, após analisar as competências de cada um, atribuiu a um dos componentes da equipe o procedimento técnico de inspeção que deve ser aplicado para:

- a) acompanhar a execução de processos;
- b) conferir a exatidão de cálculos;
- c) examinar o conteúdo de documentos;
- d) obter informações com terceiros;
- e) verificar o comportamento de valores extremos.

88. A NBC TA 530 trata da Amostragem em auditoria e se aplica quando o auditor independente decide utilizar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Com base nesta norma, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
- c) O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- d) Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma população.
- e) A amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística quanto a estatística.

89. Suponha que, durante a análise da execução orçamentária pelo sistema de controle interno, foi verificado que os veículos utilizados por uma unidade orçamentária do governo federal eram abastecidos com gasolina antes do empenho da despesa orçamentária com material de consumo. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, os responsáveis pelo controle interno devem

- a) aplicar ao ordenador de despesa da unidade orçamentária as sanções previstas em lei, sob pena de responsabilidade solidária.
- b) dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) dar ciência ao ordenador da despesa da unidade orçamentária que deverá imediatamente comunicar o ocorrido ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- d) assinar prazo para que o órgão a que a unidade orçamentária está vinculada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- e) dar ciência ao chefe do poder legislativo e aplicar ao ordenador de despesa da unidade orçamentária as sanções previstas em lei.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Herbert Almeida

90. Suponha que uma autarquia federal tenha lançado edital para contratação de serviços a serem prestados na sede da entidade. No instrumento convocatório, ficou estabelecido o prazo de cinco dias úteis para o recebimento das propostas e que poderiam participar do certame aqueles que manifestassem interesse com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas da apresentação das propostas. Nesse caso, nos moldes previstos na Lei nº 8.666/1993, pode-se afirmar que a licitação está planejada para ocorrer sob a modalidade

- a) concurso, devendo a Administração convidar pelo menos cinco interessados.
- b) convite, cabendo à Administração convidar pelo menos três interessados do ramo pertinente, ainda que não cadastrados.
- c) concorrência, com ampla divulgação do edital, sendo vedada a participação de licitantes não cadastrados, salvo se atenderem, na fase de qualificação, a todas as condições exigidas para cadastramento.
- d) convite, sendo permitida a participação apenas de licitantes cadastrados.
- e) tomada de preços, cujo convocação ocorrerá mediante carta-convite.

91. Na licitação dispensável, fica a critério do administrador a decisão de licitar ou não, conforme as peculiaridades do caso concreto, sendo uma decisão discricionária da autoridade competente. Conforme previsão da Lei nº 8.666/1993, não configura hipótese de dispensa de licitação:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- b) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- c) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- d) contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- e) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

92. Acerca da modalidade licitatória denominada pregão, é correto afirmar que:

- a) essa modalidade licitatória foi prevista originalmente na Lei nº 8.666/93 e, posteriormente, em legislação própria, qual seja, a Lei nº 10.520/2002;
- b) na Lei nº 10.520/2002, o prazo de validade das propostas é de sessenta dias, se outro não for fixado no instrumento convocatório;
- c) a Lei nº 14.133/2021 veda a utilização do pregão para compras e contratação de bens e serviços comuns no sistema de registro de preços;
- d) a comissão de licitação é formada pelo pregoeiro e pela equipe de apoio, possuindo, entre outras atribuições, a competência para homologar o procedimento, se não houver recurso.
- e) o pregão não poderá ser utilizado para a contratação de bens e serviços comuns das empresas públicas e sociedades de economia mista, uma vez que estas entidades seguem regime próprio de licitação.

93. O diálogo competitivo é modalidade licitatória prevista na Lei nº 14.133/2021. Acerca dessa modalidade, é correto afirmar que:

- a) é utilizado para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes, não se admitindo a seleção para os diálogos, em respeito ao princípio da competitividade;
- b) é possível que a administração adote critérios objetivos e subjetivos para a contratação dos licitantes, com base no teor das propostas apresentadas após o encerramento dos debates.
- c) os membros da sua comissão de contratação devem ser necessariamente concursados.
- d) a substituição do agente de contratação pela comissão de licitação é facultativa, no caso de a contratação envolver bens ou serviços especiais.
- e) o procedimento autoriza que a administração revele a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante, independentemente de seu consentimento.

94. Determinada entidade administrativa pretende contratar serviços de manutenção de veículos automotores. Os orçamentos apontavam valores que variavam entre R\$ 80 mil e R\$ 105 mil. Nesse caso, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos, é correto afirmar que

- a) a contratação dependerá de licitação, que deverá ser realizada sob a modalidade concorrência, em virtude da natureza do objeto.
- b) independentemente da modalidade escolhida, a realização do procedimento licitatório é obrigatória;
- c) a manutenção de veículos automotores é hipótese de inexigibilidade de licitação, autorizada a contratação direta dos serviços;
- d) em virtude do baixo valor da contratação, é possível contratar a empresa diretamente, observado o procedimento da dispensa de licitação;
- e) para atendimento dos limites previsto na lei, deve ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora, independentemente do valor de cada contratação.

95. Acerca da formalização dos contratos administrativos, nos moldes do que dispõe a Lei nº 14.133/2022, é correto afirmar:

- a) é vedada a aplicação de disposições de direito privado aos contratos regidos pela Lei de Licitação, dado o caráter público desses ajustes.
- b) o licitante vencedor será convocado pela administração para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital, vedada a prorrogação, em respeito ao princípio da isonomia.
- c) quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, é obrigatória a convocação dos licitantes remanescentes.
- d) os licitantes apenas se liberam dos compromissos assumidos após a homologação do procedimento e adjudicação do objeto licitado.
- e) é admitido o sigilo dos contratos nos casos em que for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

96. Em relação à pré-qualificação, procedimento auxiliar previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a pré-qualificação visa selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação;
- b) no procedimento de pré-qualificação, não podem ser aproveitados documentos já constantes de registro cadastral do licitante;
- c) trata-se de um procedimento aberto a critério da administração e pelo prazo de dois meses, prorrogáveis por igual período;
- d) a administração é dispensada de divulgar no edital de pré-qualificação a modalidade e o critério de julgamento da futura licitação;
- e) é vedada a pré-qualificação por segmentos e especialidades de fornecedores, em razão do princípio da competitividade.

97. Suponha que determinado contrato administrativo tenha sido extinto por culpa exclusiva da administração. Nesse caso, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- a) o contratado será ressarcido pelos prejuízos, independentemente de comprovação, em razão de sua natureza *in re ipsa*;
- b) o contratado terá direito à devolução parcial da garantia, de forma proporcional ao prazo de duração do contrato;
- c) os pagamentos devidos devem englobar todos os valores, presentes e futuros, que seriam devidos durante a execução do contrato.
- d) o contratado tem direito ao pagamento do custo da desmobilização, além da devolução da garantia e dos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.
- e) a extinção poderá ser feita de forma unilateral pela administração.

REGIMENTO PRÓPRIO E REGIMENTO COMPLEMENTAR DE PREVIDÊNCIA

Adriana Menezes

98. No Brasil, têm-se os regimes públicos de previdência (regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência) e o regime de previdência complementar. No tocante aos regimes de previdência, analise as assertivas e marque a opção correta.

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- b) Compete ao Estado de Goiás legislar em caráter suplementar às normas gerais já editadas pela União para regimes próprios de previdência social.
- c) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos do Estado de Goiás tem caráter contributivo e solidário e filiação facultativa. O servidor efetivo do Estado poderá optar por filiar-se ao regime próprio do Estado de Goiás ou ao RGPS.
- d) É assegurada, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei complementar.
- e) De acordo com a jurisprudência pátria, o período em que o segurado esteve recebendo auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) ou aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), entre períodos de atividade, não será considerado como tempo de contribuição.

99. A Lei Complementar Estadual nº 161/2020 dispõe sobre as normas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás – RPPS/GO, estabelece critérios, procedimentos e requisitos para a concessão, a manutenção, o pagamento e o custeio dos benefícios previdenciários conferidos aos segurados e aos respectivos dependentes, define as formas de financiamento, bem como institui medidas que viabilizem o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Analise as assertivas abaixo e marque aquela que traz informação correta acerca das normas impostas pelo RPPS/GO.

- a) Os benefícios previdenciários de aposentadoria que integram o plano de benefícios do RPPS/GO são exclusivamente, a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, a aposentadoria compulsória e a aposentadoria voluntária, nesta incluída a aposentadoria especial.
- b) O servidor público efetivo do Estado de Goiás, aposentado por incapacidade permanente para o trabalho com idade inferior a 60 (sessenta) anos será submetido a avaliação médica periódica nos 15 (quinze) primeiros anos de aposentadoria, para atestar a permanência das condições que lhe causaram a incapacidade laboral.
- c) São vinculados ao RPPS/GO, na condição de segurado ativo ou aposentado, o agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de cargo temporário, de mandato eletivo ou de emprego público.
- d) O cônjuge do servidor de Goiás perde a qualidade de dependente no RPPS/GO ao se divorciar, ainda que tenha direito de receber prestação alimentícia.
- e) Correrão à conta do RPPS/GO os afastamentos do servidor público efetivo por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade.

100. Analise as assertivas abaixo e marque a opção INCORRETA.

- a) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Republicana, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do RPPS/GO, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.
- b) O servidor ocupante de cargo público efetivo do Estado de Goiás, poderá se aposentar voluntariamente, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar.
- c) A Constituição do Estado de Goiás prevê a incidência da contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo RPPS/GO que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- d) A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado do RPPS/GO que falecer, aposentado ou em atividade, a contar da data do óbito, quando requerida até 90 (noventa) dias após o falecimento;
- e) Após a concessão da pensão por morte ao cônjuge sobrevivente e ao companheiro(a), sendo apresentadas provas de que havia separação de fato na ocasião do óbito do segurado, a GOIASPREV deverá realizar auditoria previdenciária, assegurado o contraditório e a ampla defesa, objetivando o cancelamento do benefício previdenciário concedido, caso fique comprovada a existência de fato impeditivo à concessão.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-GO-17-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>